

A REFERENCIAÇÃO E A SUBJETIVIDADE EM CARTAS NOTARIAIS

Jaqueline Aparecida dos Santos DUTRA*
Elódia Constantino ROMAN**

ABSTRACT: The investigation of texts produced in different periods is an important point in the linguistics studies, because it allows the researcher to become aware of certain characteristics of language, allowing a reflection on some aspects of language at any given time. In this sense, the objective of our work is to present the analysis of the referencing forms by lexical items and its role in the progression of the text called notarized letter, produced in the year of 1803, in the town of Antonina. For the implementation of the work we adopted as theoretical support studies by Bakhtin (2003), Mondada & Dubois (2003), Koch (2008), among other scholars that address relevant issues to the development of the research. Therefore, the investigation of the elements of referencing enables us to observe how the author builds his text and how subjectivity is manifested from this construction.

KEYWORDS: Notarized letters; Referencing; Subjectivity.

1. Introdução

Ainda que a crença na homogeneidade linguística seja uma realidade, podemos constatar, conforme afirmação de Tarallo & Alkmin (1987, p. 9), que não existem línguas puras, homogêneas, pois todas resultam de processos naturais de mescla que acarretam as mudanças linguísticas. Considerando que as línguas se alteram em virtude das mudanças, estudar essas alterações consiste uma questão fundamental para observar como elas ocorreram e, assim, resgatar e compreender a história do idioma. Nesse sentido, entendemos que o estudo de documentos produzidos em diferentes períodos são fontes valiosas de informações para a reconstrução da história de uma língua, como propõe Melo (1981: 16).

Destacamos que o propósito desta pesquisa não é propriamente investigar as mudanças linguísticas, mas observar como os textos antigos eram construídos. Acreditamos que os dados obtidos podem servir de base para estudos futuros sobre a história do português brasileiro. O objetivo primordial deste trabalho é apresentar alguns resultados alcançados quando buscamos analisar o processo de referenciação textual por meio de elementos lexicais no documento denominado carta notarial. Os dados dispostos foram selecionados com o intuito de apresentar as estratégias de referenciação e os aspectos de subjetividade que elas sugerem.

O material investigado procede da cidade de Antonina e foi produzido no ano de 1803. Trata-se de manuscritos que foram editados e que fazem parte do livro *Scripturae nas Villas de Sam Luiz de Goaratuba e Antonina: documentos setecentistas e oitocentistas*. Para a análise do documento, recorreremos às postulações de Mondada & Dubois (2003), Bakhtin (2003), Koch (2008), Bazerman (2006), entre outros, que nos dão suporte para tratar de aspectos relacionados às formas de referenciação e à subjetividade no texto.

* Mestranda; Universidade Estadual de Ponta Grossa.

** Doutora; Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2. Fundamentação teórica

A Ciência Linguística, desde a sua constituição como ciência autônoma, tem se dedicado à investigação da linguagem. Assim, buscando dar conta das especificidades que constituem esse fenômeno tão desafiador ao conhecimento humano, algumas correntes teóricas foram se constituindo. Desde o estruturalismo de Saussure, passando pela teoria chomskiana, até as correntes sóciointeracionistas, muito se avançou dentro dos estudos linguísticos. Contudo, sabemos que ainda há muito que ser investigado, principalmente se levarmos em conta o aspecto de que a linguagem constitui um fenômeno em constante mudança.

É nesse sentido que não podemos deixar de lado os estudos desenvolvidos por Bakhtin, visto que ele avança na investigação da linguagem, adotando uma visão que ultrapassa os recursos lexicais, gramaticais e sintáticos. Para ele, não há como descartar o aspecto social dos estudos linguísticos, visto que agregam a esses um caráter de interação. Ao observamos o que o autor denomina “posição responsiva” esse aspecto interativo fica evidente, pois todo enunciado (compreenda-se enunciado, conforme propõe Bakhtin [2003, p. 269], como “unidade real de comunicação discursiva”) que é produzido por um sujeito gera, inevitavelmente, uma resposta por parte de outro sujeito em uma relação de trocas sucessivas. Constatamos, assim, que não há como a linguagem se efetivar como tal sem que haja alguém que produza uma mensagem e alguém que a receba.

Além disso, reforçando esse aspecto interativo do qual a linguagem é dotada, Bakhtin (2003, p. 272) aponta que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, ou seja, cada escolha linguística realizada pelo produtor de um enunciado é na verdade uma retomada de enunciados já existentes. Desse modo, ademais da troca necessária entre os sujeitos -“posição responsiva”-, há também a influência do meio social e histórico no qual esses sujeitos estão inseridos e que serve de origem para a produção de qualquer enunciado que será sempre recriado e renovado conforme as necessidades sociais. Temos então, o “dialogismo” de Bakhtin.

Esses apontamentos de Bakhtin com relação à linguagem nos conduzem a um ponto relevante para os propósitos deste trabalho e que o autor postula como “momento subjetivo do enunciado”. Para Bathkin (2003, p. 281), “em cada enunciado [...] abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante [...]. Imaginamos o que o falante *quer* dizer, e com essa ideia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado”. A importância dessas colocações de Bakhtin está no aspecto subjetivo que a interação propõe, pois cada enunciado traz marcas que permitem ao interlocutor discordar ou concordar -“posição responsiva”- com o produtor da mensagem comunicativa. Podemos, desse modo, constatar que qualquer escolha linguística não acontece aleatoriamente, mas com base nos objetivos comunicativos que se pretende alcançar, sempre partindo de enunciados anteriores.

Considerando a visão de Bakhtin sobre a linguagem, ao tratarmos de referência observamos que é possível considerá-la sob a perspectiva da interação. Para tanto, é conveniente considerar a abordagem postulada por Mondada & Dubois (2003), quando se reportam à referência como referenciação, tratada “como advinda de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada”. Assim, as práticas ou ações, para as autoras,

não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na subjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 20)

Vista dessa maneira, a referenciação corresponde a um processo de operacionalização da linguagem sob uma perspectiva sociocognitiva-interacionista, em que a escolha dos elementos linguísticos está afeta às relações que se estabelecem entre os sujeitos histórica e socialmente situados. Isso ocorre em um processo de interação, exigindo desses sujeitos que sejam acionados certos conhecimentos necessários para a reconstrução dos sentidos. A partir dessa visão, os referentes passam a ser considerados objetos de discurso.

Koch (2008, p. 33), seguindo pelos caminhos postulados por Mondada & Dubois (2003), argumenta que são três as estratégias de referenciação envolvidas na constituição da memória discursiva: 1 – *a construção/ ativação*, que consiste na introdução de um objeto de discurso (novo ou por meio de anáforas associativas ou indiretas) que assume papel central dentro do modelo textual; 2 – *a reconstrução/ reativação*, que ocorre quando um elemento presente na memória discursiva é reintroduzido por meio de uma forma referencial, mantendo o objeto de discurso já conhecido do interlocutor em foco; 3 – *desfocalização/ desativação*, que compreende o fato de um objeto de discurso assumir a posição focal antes ocupada por outro, sendo que este permanece em “estado de ativação parcial”, como aponta a autora, podendo retornar à posição focal.

Ela também destaca a inclusão das nominalizações como forma de introdução de referentes. Essas nominalizações, segundo Koch, “são consideradas por Francis (1994) como *rotulações*, resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subsequentes”. No que se refere às formas de reconstrução ou manutenção dos referentes no modelo textual, podem ocorrer por meio do emprego de elementos gramaticais como pronomes, elipses, numerais, etc., ou de elementos lexicais como reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais, etc.

Em nossa análise, consideramos a referenciação por meio de elementos lexicais. A utilização das formas nominais, segundo Koch (2008), está relacionada com o objetivo do enunciador. Assim, ele opera suas escolhas baseado em suas intenções em relação ao seu interlocutor. As expressões nominais, segundo a autora, exercem certas funções cognitivo-discursivas que atuam na construção do sentido do texto. Dentre essas funções que ela destaca, apontamos algumas que consideramos apropriadas à pesquisa:

- *ativação/ reativação na memória*: compreende a situação em que o objeto de discurso atua tanto no nível da informação dada quanto no da nova; - *encapsulamento ou sumarização*: corresponde aos processos de rotulações conforme destacado acima; - *organização macroestrutural*: trata-se de objetos de discurso que garantem a continuidade tópica; *introdução de informações novas por recurso a relação de parassinonímia*: consiste, segundo Koch (2008, p. 55), em um sinônimo aproximado que representa uma nova informação a respeito do referente já presente no texto.

Tratando de modo mais específico da forma nominal de referenciação ou nominalização, destacamos que, para Francis (2003), ela é vista como o principal meio de conexão e organização de textos escritos. Denomina *rotulação* tal processo e classifica-o como *rótulo prospectivo* e *rótulo retrospectivo*. O rótulo, conforme Francis (2003, p. 192), caracteriza-se pela necessidade da realização lexical ou lexicalização em seu cotexto, ou seja, é um elemento nominal cujo significado discursivo pode ser constatado antes ou depois de sua introdução no texto. Essas formas de referenciação, denominadas *rótulos*, ocupam funções dentro do texto. Quando o rótulo está disposto antes da lexicalização, temos um rótulo prospectivo. Os prospectivos (catafóricos) têm papel organizador e sua ativação prediz que a seguir será introduzida no texto uma informação explicativa. Se o rótulo estiver depois da lexicalização, é retrospectivo (anafórico) que além da função organizadora, apresenta a função

encapsuladora, ou seja, a expressão nominal apresenta-se com o mesmo peso da oração ou orações que ela substitui.

3. Identificando o gênero textual e o *corpus*

Para tratarmos dos *gêneros do discurso* ou textuais, novamente recorreremos aos estudos de Bakhtin (2003). O autor argumenta que os enunciados são o meio pelo qual a linguagem se efetiva. Bakhtin (2003, p. 262) denomina *gêneros do discurso* os “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” elaborados para suprir as necessidades comunicativas, podendo variar de acordo com as inúmeras atividades humanas. Os gêneros textuais podem ser caracterizados, de certa forma, como *modelos* de textos que utilizamos em determinadas situações de comunicação, e que, por suas especificidades, são facilmente reconhecidos. Os gêneros fazem parte de nossa vida quando abrimos o jornal, quando escrevemos um recado para alguém, quando lemos um artigo científico. Enfim, estão presentes na sociedade e se concretizam por meio das práticas sociais. Eles são inúmeros, pois, à medida que são produzidos, também sofrem modificações e dão origem a outros gêneros. Nesse sentido, Bazerman aponta que

gêneros são tão-somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são os que nós acreditamos que eles sejam. [...] Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas as outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos. [...] Os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais. (BAZERMANN, 2006, p. 31)

Embora os gêneros sigam uma espécie de esquema permitindo-nos reconhecê-los, Bazerman (2006, p. 31) aponta que um texto, ainda que reconhecido dentro de determinado gênero, apresenta certas características tornando-o distinto, e tais diferenças estão relacionadas a aspectos sociais e à intenção que ele traz consigo. Como exemplo disso, o autor destaca que, se observarmos dois artigos de pesquisas de áreas diferentes, verificaremos que, embora pertençam ao mesmo gênero, ambos apresentam diferenças marcantes, e que estão relacionadas à organização social e ao campo de atividade de cada área.

Da mesma forma, o gênero, como resultado de práticas sociocomunicativas, apresenta distinções aos olhos do interlocutor. Assim, as representações a respeito de um mesmo gênero diferem de interlocutor para interlocutor, pois fatores como conhecimento de mundo, conhecimentos linguísticos, área de interesse, entre outros, interferem no modo como um texto é lido. Essas colocações nos conduzem à seguinte constatação: embora o gênero seja social e compartilhado por todos nós em situações de comunicação, ele é ao mesmo tempo individual, já que traz consigo marcas de seu produtor (como o seu nível de conhecimento linguístico e de seu conhecimento de mundo) e o seu sentido é construído a partir das experiências de cada interlocutor.

Para tratarmos de questões mais específicas deste trabalho, direcionaremos estas considerações para o gênero que mais se assemelha ao que será foco da análise, a carta. Ao buscarmos a definição de carta no dicionário Houaiss (2004), nos deparamos com o seguinte: “mensagem escrita que se envia a uma pessoa, geralmente num envelope; missiva, epístola”. Essa definição condiz com a visão popular que temos do gênero carta, e que durante muito tempo foi o meio de comunicação mais comum entre as pessoas. Ela aproximava as distâncias, com baixo custo e por meio dela muitas questões eram resolvidas.

Sabemos que esse gênero textual, como meio de comunicação, foi perdendo seu espaço em virtude dos avanços tecnológicos, como a popularização do telefone, do fax e que

continua em processo de decadência com o advento da internet, até mesmo no meio comercial em que ainda sobrevivia. Contudo, ao realizarmos um resgate das origens desse gênero, constatamos o grau de importância que a carta teve não só para a comunicação entre as pessoas, mas na origem de outros gêneros e na organização da sociedade. Nesse sentido, Bazerman (2006, p. 88) afirma que, por intermédio da carta, “não só a organização e as transações podem alcançar distâncias maiores, como também os laços sociais entre os indivíduos podem ser reforçados e até criados através de relações indiretas com outras pessoas (como através de cartas de recomendação)”. As palavras do autor reafirmam a função que os textos exercem na comunicação entre os indivíduos, e a carta, como gênero textual, pode ser classificada como um dos mais produtivos nessa relação. Tal colocação aponta para a relevância das cartas notariais na organização da sociedade e nas relações sociais, políticas e administrativas nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, período em que a comunicação, na maioria das vezes, era possível somente por meio de cartas.

Verificamos, através da pesquisa, que a comunicação entre as autoridades da época era feita por meio de cartas, que, quando recebidas, eram registradas em um livro próprio pelo escrivão responsável. Assim, as cartas notariais serviam para orientar as autoridades quanto aos procedimentos administrativos e legais na condução de determinados assuntos nas vilas. Quanto à carta notarial que é foco deste trabalho constatamos que tem como assunto o pagamento de impostos à Igreja. Observamos, também, que o objetivo do documento é solucionar um impasse existente entre os fiéis e a Igreja com relação ao pagamento de mais um tributo.

O material analisado faz parte do livro *Scripturae nas Villas de Sam Luiz de Goaratuba e Antonina: documentos setecentistas e oitocentistas*, publicado no ano de 2007. O *corpus* consiste na carta notarial de Antonina, número 12. Destacamos que o documento é de autoria de Manoel Baldoíno Lopez, e foi produzido em 26 de abril de 1803. No entanto uma investigação mais detalhada da estrutura dessa carta revela que ela apresenta certa complexidade. O documento em questão tem a autoria oficial atribuída a Manoel Baldoíno Lopez que inicia especificando, em forma de requerimento, a reclamação do povo sobre os fatos acontecidos na Vila de Antonina. Para dar sustentação ao seu relato, o escrivão menciona e transcreve outros três textos. O primeiro foi escrito por Domingos da Roxa Martins, também escrivão, o segundo é a cópia de uma Carta Régia enviada pelo Rei de Portugal à Vila de Paranaguá, e o terceiro é uma carta escrita pelo Bispo D. Matheos aos párocos.

Para nossa análise, vamos considerar apenas um texto: o número 12 [437, 438, 439, 440 e 441], fôlios 2v, 3r, 3v, 4r, 4v, que compreende a carta do Bispo D. Matheos, e que consiste no trecho mais extenso da carta notarial número 12. Nesse documento, o Bispo defende o pagamento das *conhecenças*¹ aos párocos e para isso faz uso de uma linguagem que em determinados momentos pode ser considerada apelativa. Salientamos que a seleção desse trecho não influencia na análise dos dados, pois não há relação direta entre os textos, ou seja, um não é complemento do outro.

Retornando ao gênero carta e sua relevância na organização da sociedade, destacamos a pertinência das colocações de Bazerman (2006, p. 88) quando coloca que a carta, por se tratar de um gênero textual bastante difundido desde a antiguidade, assume dentro da Igreja um papel importante para manter a comunicação entre o clero e a comunidade cristã. O autor aponta que ela assume tanta importância, que acarreta o desenvolvimento de um ramo da retórica específico para treinar os clérigos no tratamento de assuntos religiosos e

¹ O documento editado conserva a mesma ortografia dos manuscritos do século XIX. Salientamos que todos os exemplos dispostos na análise seguem a edição.

administrativos por meio da escritura de cartas. Portanto, escrevê-las torna-se uma arte dentro da Igreja, conforme destaca Bazerman (2006, p. 88, apud Murphy, 1971). O autor também coloca que “os escritores das cartas foram aconselhados a construir um laço de boa vontade com o receptor, invocando sentimento e obrigação, e narrando explicitamente a situação que apresentava a necessidade da carta e a esperada cooperação do receptor”.

Ressaltamos que essas considerações podem ser verificadas no texto escrito pelo Bispo D. Matheos, que é construído de acordo com sua intenção em convencer o povo a pagar as *conhecenças* aos párocos. O texto pode ser visto como uma espécie de recomendação a ser seguida. Portanto, é nessa direção que a análise segue, ou seja, partimos do princípio de que a linguagem é elaborada para atingir determinados propósitos. Assim, buscamos relacionar as estratégias de referenciação presentes no texto com os objetivos comunicativos do produtor e como elas cooperam para que esses objetivos sejam alcançados. Posteriormente, observamos se a subjetividade textual se manifesta por meio dessas escolhas linguísticas.

4. A análise do *corpus*

O processo de análise do documento teve início pela leitura minuciosa dos textos, considerando as particularidades relacionadas à ortografia, ao léxico, à pontuação, entre outros aspectos condizentes com as características dos textos produzidos no período. Posteriormente, procedemos à identificação e análise dos elementos de referenciação, conforme o objetivo da investigação. A observação dos elementos identificados no documento número 12 [437, 438, 439, 440 e 441] nos permite verificar que são empregadas as estratégias de introdução, manutenção e desfocalização de objetos de discurso, conforme aponta Koch (2008, p. 49-51).

Logo no início do documento, chamamos a atenção para a primeira introdução de um referente, com base nos destinatários da carta, como veremos no trecho 1:

1 <Carta do Excelentíssimo> Muitos Reverendíssimos Senhores Vigários,
Meos <Senhor Bispo> *amados Irmaons*
Collegas, e coperadores do nosso Ministerio chegamos
ahum tempo taõ infelis edetantas Calamidades, (...)

Observamos que o autor realiza a introdução ancorada do referente *amados Irmaons Collegas, e coperadores do nosso Ministerio*. Essa ativação ocorre por meio de anáfora indireta que, segundo Koch (2008, p. 50), se constrói por meio de inferência, ou seja, a relação desse elemento com o referente é estabelecida a partir do conhecimento de mundo do leitor. O elemento ativado é considerado de grande importância e será retomado no decorrer do texto, como é possível constatar, por meio dos sinônimos *menistros do Santuario* e *Muitos Reverendos Parochos*. Vejamos nos trechos 2 e 3 exemplos de tais ocorrências.

2 (...) ealem disto muitos que prezumen
interpretar odireito fazendo diferenças de conhe
cenças aAlelluýas Seenganaõ porque hũa
eoutra couza Saõ oblaçoins para asusten
taçaõ dos *menistros do Santuario* as quais
devoluntarias em outro tempo paçavaõ nece
ssarias, (...)

3 (...) he pois concludente que as
conhecenças devem Ser pagas aos *Muitos Reve
rendos Parochos* Segundo os uzos estabelecidos

em Cada húa das Igrejas recomendamos pois
aos *Muitos ReverendosParochos* Cobrem as suas
Conhecenças uzandotetoda aprudencia emode
raçaõ atendendo apobreza, (...)

O trecho 3, além de apontar a retomada por meio de sinônimo, demonstra que o autor também faz uso de reiterações em seu texto, repetindo a expressão *Muitos ReverendosParochos*. Essa atitude faz com que o interlocutor mantenha o referente em foco, pois se trata do destinatário da carta e principal interessado nas recomendações que nela estão contidas.

Além disso, as reiterações também podem indicar algo mais, pois possivelmente apontam para uma intenção do autor em não manter somente o foco no referente, mas uma estratégia adotada para destacar a autoridade que o clero representava na época. As reiterações também são constantes quando o autor se reporta à realeza, já que a expressão *Sua Alteza Real* é retomada diversas vezes no decorrer do texto. Desse modo, os referentes podem ser reconhecidos como objetos de discurso, conforme a proposta de Mondada & Dubois (2003, p. 20). Para as autoras a referência compreende uma estratégia de “construção de objetos cognitivos e discursivos na subjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”. Entendemos que o emprego desses elementos supera a estruturação linguística, adentrando níveis mais profundos do texto.

Embora, a referência por elementos gramaticais não tenha sido abordada neste trabalho, consideramos adequada a abordagem do referente gramatical ativado no fragmento 4.

4 (...) chegamos ahum tempo taõ infelis edetantas
Calamidades, que *aquelles* mesmos que por officio
eobrigaçã devem concervar nasociedade apás ecomu
nicação, os que fazem todo o exforço para perturbar
ames ma sociedade fomentando epatrocinando asmes
mas desordens em lugar deseconterem nos limites dese
poder (...)

Nesse exemplo, a introdução do objeto de discurso *aquelles* consiste no que Marcuschi (2008) aponta como referência exófora com a utilização de um elemento gramatical, pois a interpretação desse elemento está relacionada a outros localizados fora do texto, exigindo do interlocutor a ativação de conhecimentos extralinguísticos para a obtenção do sentido.

O pronome *aquelles*, inserido no contexto da carta nos permite inferir que se trata de autoridades que estão agindo contra o pagamento dos tributos à Igreja. Após sua introdução ele é retomado no desenvolvimento do texto sob a forma do elemento lexical *comandante* e pelo nome genérico *câmaras*. Também constatamos que há retomada por meio do sintagma nominal *perturbadores doSucego publico*, como vemos nos exemplo 5 e 6. A estratégia de utilização de um elemento gramatical em substituição a um elemento lexical acarreta indiretamente a desqualificação das autoridades aos olhos do interlocutor. Ainda que no trecho 6 as autoridades sejam caracterizadas como *perturbadores doSucego publico*, o efeito que o pronome *aquelles* exerce é mais acentuado no sentido de menosprezar a autoridade.

5 (...) por isso mandamos compena deexcomunhaõ
aos Muitos Reverendos Parochos naõ obe
deçaõ aComandante algum nem as
Camaras noque estas mandarem sem que
lhemostrem Ordem deSua Alteza Real, (...)

6 (...) Comunicarmos aos eclesiasticos da nossa Diocese o que devia servir de exemplo a perturbadores do Sucego publico que infringem as Leis; e se for necessario aos Muitos Reverendos Parochos conçultarnos nestas materias podem fazer enos lhes daremos os documentos necessarios (...)

No trecho 7, apontamos mais algumas formas de introdução e retomada de objetos de discurso como *sociedade*, *tributo* e *povos*.

7 (...) devem conservar na sociedade após a comuniqueção, os que fazem todo o esforço para perturbar a mesma sociedade fomentando e patrocinando as mesmas desordens em lugar de se conterem nos limites do poder pretendem ainda meter a mão a perturbar quando ordens e determinações ditadas todas por fim e paixões particulares opostas as suas intenções e sabias determinações de Sua Alteza Real incaminhadas a perturbar a boa ordem e excitar motins nos povos e prejudiciais a Real Fazenda julgando lisonjear o mesmos povos com esta capa de zelo do bem publico (...)

Nesse exemplo, verificamos a introdução não ancorada, ou seja, de elementos totalmente novos no texto, como aponta Koch (2008). Tal introdução é realizada por meio de nomes genéricos, resultando dois objetos de discurso: *sociedade* e *tributo*. No mesmo trecho, constatamos que o referente *sociedade* é retomado por meio de reiteração e do sinônimo *povos*.

Do mesmo modo como a reiteração, a retomada por meio de sinônimos ocorre com frequência no texto. *Tributo* também é retomado como *depósitos sagrados*, *conhecenças*, *conhecenças fulares* e *dízimos*. A partir desses exemplos e ao observarmos com certa atenção o texto, veremos que as estratégias adotadas pelo Bispo D. Matheos são semelhantes às observadas nos outros trechos do documento número 12. Entretanto, o modo como o Bispo constrói o seu texto se diferencia dos demais, pois a postura não é de relato de acontecimentos e, sim, de protesto e aconselhamento.

Para encerrar a apresentação da análise do documento, não há como deixar de apontar o movimento de desativação e posterior ativação de referente realizado pelo autor. Segundo Koch (2008), trata-se de uma estratégia em que o novo elemento apresentado no texto, passa a ocupar a posição focal e o referente anterior permanece em estado de ativação parcial, podendo retornar à posição focal. Esse fato pode ser observado pelo menos duas vezes no texto.

Sabe-se que o assunto principal são os impostos que a Igreja reclama. As recomendações do Bispo aos párocos têm como objetivo defender o pagamento desses tributos, em oposição ao posicionamento das autoridades. Por isso, ele combate essas autoridades ressaltando o direito da Igreja e o dever dos fiéis em pagar as *conhecenças*. Desse modo, em determinado momento, o autor aciona argumentos religiosos em seu discurso, ocasionando o desvio do foco *autoridades*, que passam a ocupar um lugar secundário no texto para depois retornar à posição focal. O trecho que apontamos revela uma das ocorrências no texto da estratégia de desativação.

8 (...) pretendem ainda meter a mão a perturbar quando ordens e determinações ditadas todas por fim e pai-

xoins particulares opóstas as pias intençoens eSabias
determinaçoins deSua Alteza Real incaminhadas a
perturbar aboa ordem eexcitar motins nos povos e
perjudiciais a Real Fazenda julgando lizonjear os
mesmos póvos comesta capa dezelo dobem publi
co aomesmo tempo que infringem *as Leis natu-
rais divinas ehumanas que mandaõ dar oSus
tento aos que trabalhaõ pois todo omercenario hedi-
gno daSua paga enaõ sedeve fexar aboca aoBoi
que lavra como dis a Escriptura principalmente
aquelles quecontanto trabalho morteficaçoins epe
rigos daSua vida lheadministraõ opasto spiritu
al vindo ainda mesmo porestes meynos afazer
que os Póvos falem aodevido respeito dos Superi-
ores Ecleeziasticos, comgrande desprezo das Leis Divinas
edoSoberano que tanto maculaõ este, etaõ longe está
deSer oSeo Zelo publico que osfas assim obrar oSeo ó=
dio, e falta de Religiaõ, he tal que Sepossivel foce como
outro Heliodoro despojariaõ os Altares doseo ornato
eseasenhoriaõ dos depozitos Sagrados, eprivariaõ to
talmente aos Ministros doSantuario daSua Subsis
tencia fazendo porisso os povos infelizes eingratos a
Deos pois tudo oque daõ para oAltar eSeos mi
nistros he dado aDeos em agradecimento, eoSenhor
Remunera com excesso euzura, osque asim ofazem
con animo Sincéro, pelo que movidos nós destas Razo
ins nos pareceo justo escrever esta Carta aos Mui-
tos Reverendos Parochos (...)*

O fragmento em destaque no exemplo 8 reflete a afirmação apresentada acima, ou seja, embora o objeto *autoridades* permaneça em ativação parcial, o foco passa a ser *as Leis naturais divinas ehumanas*. A ativação desse referente pode ser interpretada como uma estratégia discursiva, pois, retomando as considerações de Bazerman (2006), lembramos que a Igreja desenvolveu uma retórica específica para se comunicar com os fiéis e com o próprio clero. Nesse caso, o caráter subjetivo de protesto e aconselhamento que reveste o texto parece ficar mais evidente.

Esse movimento de desativação, com a introdução de um novo objeto de discurso e reativação do objeto já presente no cotexto, torna-se extremamente produtivo, pois contribui para que o locutor atinja seus objetivos discursivos. Funciona como um meio para sensibilizar o interlocutor com relação às suas obrigações perante Deus, ou seja, os párocos devem atuar como sensibilizadores dos fiéis quanto à obrigação em pagar os impostos à Igreja. Retomando as palavras de Bakhtin (2003) sobre a “posição responsiva”, nesse caso, assim como nas demais estratégias empregadas pelo Bispo, podemos verificar que as escolhas linguísticas são feitas no sentido de exigir do interlocutor uma resposta, preferencialmente positiva, ou seja, a necessidade de que os impostos sejam pagos, se não aos párocos, a Deus.

Concluimos a investigação, destacando que o texto analisado não apresenta pontuação e, tampouco, marcação formal dos parágrafos, que podem ser consideradas características específicas desse tipo de texto. Ressaltamos que não identificamos a ocorrência das formas de referenciação lexical por meio de rótulos que, segundo Francis (2003), podem atuar como organizadores textuais ou como elementos encapsuladores, resumizando informações já presentes no cotexto. Por fim, salientamos que a análise procurou levar em conta todos os aspectos relevantes para que os objetivos do trabalho fossem alcançados, vistos as

características particulares das cartas notariais e os elementos de referência acionados pelo produtor do texto.

Considerações finais

Concluído o processo de análise, constatamos que há no documento analisado o emprego de elementos lexicais como forma de referência. Tais elementos são ativados ou retomados por meio de reiterações e retomadas anafóricas com a utilização de nomes genéricos e de sinônimos. O emprego constante das reiterações e das retomadas anafóricas pode ser visto como uma estratégia adotada pelo produtor do texto, considerando suas intenções discursivas. Assim, os referentes podem ser tratados como objetos de discurso, pois é por meio deles que o foco é fixado e a atenção do interlocutor mantida.

Não constatamos nenhuma ocorrência de emprego dos elementos de referência denominados rótulos. Sabemos que uma das funções desempenhadas por esses elementos é a organização textual, pois eles são responsáveis pelo encadeamento das ideias principais no texto, colaborando para a sua progressão. A ausência desses elementos pode comprometer a coerência do texto, no entanto, ao efetuarmos a análise do documento, observamos que o sentido pode ser alcançado sem grandes dificuldades. Esse aspecto ressalta o fato de que a coerência de um texto não está diretamente ligada a determinados elementos de coesão textual como os rótulos, por exemplo. Por outro lado, pode-se atribuir o acesso às informações do texto às demais estratégias de referência utilizadas pelo autor da carta e que também são responsáveis pela progressão textual.

Destacamos que são utilizadas as estratégias apontadas por Koch (2008) de ativação, retomada e desativação de objetos de discurso. A desativação e a reativação, conforme apresentada na análise do documento, constitui uma excelente ferramenta discursiva, pois representa uma forma pela qual o autor busca atingir seus objetivos em relação ao seu interlocutor. A ativação do elemento religioso desvia a atenção do interlocutor e pode contribuir para que se estabeleçam *laços de boa vontade* com o produtor do texto.

Quanto ao emprego de elementos gramaticais como forma de referência, verificamos que estão presentes no texto como, por exemplo, *aquelles*, referindo-se às autoridades que estão agindo contra o pagamento dos tributos à Igreja. Nesse caso, o uso do pronome gera efeitos que são favoráveis às intenções do produtor do texto, pois atua como um desqualificador das autoridades que se manifestam contra o pagamento de tributos à Igreja. As formas gramaticais de referência não foram tratadas de modo aprofundado neste trabalho, contudo destacamos que a investigação desses elementos pode indicar qual a função que eles desempenham na progressão textual e, também, se há predominância desses em relação aos elementos lexicais observados.

Para finalizar, consideramos que, de acordo com a análise efetuada, a referência não atua somente na estruturação textual. A referência, conforme abordada neste trabalho, consiste em uma estratégia produtiva na relação subjetiva que se estabelece entre o produtor do texto e o seu interlocutor. Trata-se do “momento subjetivo do enunciado”, como destaca Bakhtin (2003). As escolhas linguísticas conduzem o interlocutor “a interpretar, a sentir a intenção discursiva ou a vontade discursiva” do produtor do texto. Portanto, podemos constatar que, no texto analisado, a referência e a subjetividade são dois aspectos que não podem ser olhados de maneira dissociada, pois um depende do outro, levando-se em conta os objetivos comunicativos do texto.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução: BEZERRA, Paulo. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARONAS, Joyce E. & AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goararuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Ed. UEL. 2007.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, (orgs). Trad. e adaptação HOFFNAGEL, Judith Chambliss. São Paulo: Cortez, 2006.
- HOUAISS. Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; GIULLA, Alena, (Orgs). *Referenciação (Coleção clássicos da linguística I)*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.
- KOCH, Ingedore G. V. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1981.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MONDADA, Lorenza. DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; GIULLA, Alena, (Orgs). *Referenciação (Coleção clássicos da linguística I)*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- TARALLO, Fernando. ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.